

PROPOSTA DE PROJETO DE LEI

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBAS DO RIO PARDO, Estado de Mato Grosso do Sul, em exercício regular de suas atribuições e evocando o artigo 132, I da Lei Orgânica Municipal faz saber que o Plenário aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal em especial a Lei Orgânica Municipal, as diretrizes orçamentárias do município de Ribas do Rio Pardo/MS para 2026, compreendendo:

I

—

As prioridades e metas da Administração Pública Municipal;

II

—

A estrutura e organização dos orçamentos;

III

—

As diretrizes específicas para o Poder Legislativo;

IV

—

As diretrizes gerais para elaboração e execução dos Orçamentos do Município e suas alterações;

V

—

As diretrizes do orçamento fiscal e da seguridade social;

VI

—

As diretrizes para elaboração e compatibilização do plano plurianual – 2026/2029;



VII

—

Os limites e condições para expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

VIII

—

As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

IX

—

As disposições sobre alterações na legislação tributária do município;

X

—

As disposições de caráter supletivo sobre execução dos orçamentos;

XI

—

As regras para o equilíbrio entre as receitas e a despesas;

XII

—

As limitações de empenho;

XIII

—

As transferências de recursos;

XIV

—

As disposições finais;



DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Constituem prioridades e metas da Administração Municipal, a serem contempladas na sua programação orçamentária, as ações e metas contidas no Plano Plurianual vigente, nos Planos setoriais e nos Anexos I a IV desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por Funções, Subfunções, Programas, Atividades e Projetos, em conformidade com a Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999 do Ministério do Orçamento e Gestão e a classificação das receitas e das despesas obedecerá às normas contidas nas Portarias STN/SOF nº 163 de 4 de maio de 2001.

§ 1º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Função, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

II – Subfunção, uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

III – Programa, um instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurados por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

IV – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

V – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VI - Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo federal, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VII - Unidade Orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VIII – Concedente, o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais ou do Distrito Federal e as entidades privadas responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

IX - Conveniente, o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais ou do Distrito Federal e as entidades privadas, com os quais a Administração Federal pactue a transferência de recursos financeiros.

§ 2º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 3º Cada atividade e projeto identificarão a função e a subfunção às quais se vinculam.

Art. 4º Os orçamentos fiscais e da seguridade social, referentes aos poderes do Município, seus fundos e órgãos da administração direta e indireta, inclusive as fundações criadas e mantidas pelo poder público municipal discriminarão as despesas por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, contendo as informações exigidas na Lei nº



4.320/64, ajustadas às determinações da Constituição Federal.

Art. 5º O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, será constituído de:

I – Mensagem;

II – Texto da lei;

III - Quadros Orçamentários consolidados conforme estabelece a Lei 4.320/64 em conjunto com Resolução TC/MS nº. 88/2018.

Art. 6º O enquadramento dos projetos e atividades na classificação funcional-programática deverá observar os objetivos específicos de cada aplicação, independente da unidade a que estiverem vinculados.

Art. 7º As despesas e as receitas do orçamento fiscal e da seguridade social, bem como o conjunto dos dois orçamentos, serão apresentadas de forma sintética e agregadas, evidenciando o déficit ou o superávit corrente e o total de cada um dos orçamentos.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 8º O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não excederá o limite percentual de até 7% (sete por cento) fixado no inciso II do art. 29-A da Constituição Federal aplicado sobre a receita arrecadada no exercício de 2024 anexo às Contas de Governo do Município do exercício imediatamente anterior.

§ 1º O duodécimo devido à Câmara Municipal será repassado até o dia 20 (vinte) de cada mês, nos termos do inciso II do § 2º do art. 29-A da Constituição Federal na proporção de 1/12 (um doze avos).

§ 2º A despesa total com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio dos vereadores não poderá ultrapassar o limite de setenta por cento de sua receita em cumprimento ao § 1º do art. 29-A da Constituição Federal de 1988.

§ 3º As despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Legislativo, em cada período de apuração não poderá exceder o percentual de 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida, conforme preceitua a alínea a do inciso III do art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 9º O Poder Legislativo encaminhará sua proposta de Orçamento até o final do mês de julho do corrente ano, para fins de incorporação à Proposta Orçamentária à Lei Orçamentária Anual.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 10. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2026 serão realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações.

Art. 11. A alocação dos créditos orçamentários será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes.



Art. 12. O Poder Executivo incluirá na Lei Orçamentária Anual recursos financeiros para custear os débitos decorrentes de precatórios judiciais, conforme prevê o § 5º do art. 100 da Carta Magna.

Art. 13. Na programação da despesa serão observados os seguintes procedimentos:

I – é vedado o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II – não poderão ser incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma Unidade Orçamentária;

III – é vedada a vinculação da receita de impostos a órgãos, fundos ou despesas, nos termos do inciso IV do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 14. A Lei Orçamentária para 2026 destinará no mínimo:

I – 25% (vinte e cinco por cento), da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências para a manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme estabelece o art. 212 da Constituição Federal.

II – 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal, em ações e serviços públicos de saúde, conforme preceitua o art. 7º a Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012.

III – mínimo de 70% (setenta por cento) dos recursos anuais arrecadados pelo FUNDEB serão destinados para o pagamento da remuneração dos profissionais de educação básica em efetivo exercício, conforme preceitua o art. 26 da Lei 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Art. 15. A receita e a despesa serão orçadas de acordo com os critérios da LRF.

Art. 16. Não poderão ser destinados os recursos provenientes da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público no financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

Art. 17. É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de empréstimos e para pagamento de amortização, juros e outros encargos da dívida municipal, observado os cronogramas financeiros das respectivas operações.

Parágrafo Único. Somente serão incluídas no projeto de lei orçamentária dotações relativas às operações de créditos aprovadas por Lei.

Art. 18. É vedada a inclusão na Lei Orçamentária anual e em seus créditos adicionais de dotação orçamentária a título de subvenções sociais para entidades e associações de qualquer gênero, exceção feita às creches e escolas para atendimento pré-escolar, associações e entidades sem fins lucrativos de caráter assistencial e/ou filantrópico e de desporto amador, observando-se, ainda, as restrições contidas no artigo 19 da Constituição Federal.

Parágrafo Único. A concessão de subvenções sociais só se dará às entidades previamente registradas nos respectivos Conselhos e desde que não estejam inadimplentes com relação à prestação de contas de recursos anteriormente recebidos da Administração Pública Municipal, por meio de convênios, acordos, ajustes, contribuições, auxílios e similares.

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 19. Os recursos ordinários do Município, somente poderão ser programados para atender despesas de capital, após o atendimento das despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida e outras despesas de custeio administrativo e operacional, precatórios judiciais, bem como a contrapartida de convênio e de programas financiados e aprovados por lei específica.



Parágrafo Único. Na fixação da programação da despesa deverão ser observadas as metas contidas nos Anexos I e II desta Lei.

Art. 20. O orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações de saúde, previdência e assistência social e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I – das contribuições sociais previstas no artigo 181 da Constituição Estadual;

II – das receitas próprias dos órgãos, entidades e fundos que integram o orçamento de que trata este artigo;

III – das receitas transferidas do Orçamento Fiscal do Município.

Art. 21. A Lei Orçamentária conterá reserva de contingência de no mínimo 1% (um por cento) da receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

CAPÍTULO VI

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – 2026/2029

Art. 22. Na Elaboração do Plano Plurianual 2026/2029 para o exercício de 2026, serão observados no que couber os critérios fixados nesta lei.

Parágrafo Único. O Anexo I - Metas e Prioridades do Orçamento Fiscal, e o Anexo II – Metas e Prioridades do Orçamento da Seguridade Social, deverão ser alterados em observância as metas e prioridades estabelecidas no PPA 2026/2029, quando este for aprovado, de modo a garantir a compatibilidade das respectivas metas.

CAPÍTULO VII

LIMITES E CONDIÇÕES PARA EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Art. 23. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesas de caráter continuado deverá ser acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, e dos demais demonstrativos exigidos pela LRF.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 24. A despesa com pessoal ativo, inativo, pensionista e encargos sociais do Executivo não poderá exceder, no exercício de 2026, o limite de 54% (cinquenta e quatro por cento) das respectivas receitas correntes líquidas (RCL), na forma do disposto na alínea *b* do inciso III do art. 20 da LRF.

Parágrafo único. Entende-se por receita corrente líquida o somatório de toda a receita corrente arrecadada no mês em referência e nos onze anteriores subtraindo-se as deduções legais previstas na legislação vigente.

Art. 25. A verificação do cumprimento do limite estabelecido no art. 24 desta Lei será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo Único. Na hipótese de a despesa de pessoal exceder 95% (noventa e cinco por cento) do limite de que trata o art. 24 desta lei, aplicar-se-á o disposto no parágrafo único do artigo 22 da LRF.



Art. 26. Ficam os Poderes Executivo e Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da Lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, §1º, inciso II da CF).

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 27. Ocorrendo alterações na legislação tributária em vigor, decorrente de lei aprovada até o término deste exercício e que implique modificações na estimativa de receita constante do projeto de lei orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes na execução orçamentária.

Art. 28. A concessão ou ampliação de quaisquer incentivos, isenções ou benefícios, de natureza tributária ou financeira, somente poderá ser aprovada se atendidas às disposições do art. 14 e parágrafos da LRF e mediante a comprovação de que a medida não acarretará prejuízos às metas fiscais, podendo ser compensados mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES DE CARÁTER SUPLETIVO SOBRE EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 29. A proposta orçamentária do Município para 2026 será encaminhada ao Poder Legislativo Municipal, pelo Poder Executivo, até 30 de setembro do exercício corrente, conforme Art. 130 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 30. É vedada a realização de despesa ou a assunção de obrigações que excedam os créditos orçamentários ou adicionais, ou quaisquer procedimentos que viabilizem a execução de despesa sem a comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

CAPÍTULO XI

DAS REGRAS PARA O EQUILÍBRIO ENTRE AS RECEITAS E A DESPESAS

Art. 31. Os Poderes Executivo e Legislativo adotarão regras próprias e independentes para a adoção de medidas tendentes à busca do equilíbrio entre as receitas e as despesas, decorrentes das avaliações bimestrais de que trata a LRF.

CAPÍTULO XII

DAS LIMITAÇÕES DE EMPENHOS

Art. 32. Os critérios e formas de limitação de empenho são os referidos no art. 9º da LRF, ficando os Poderes Executivo e Legislativo, por ato próprio, responsáveis pelas suas respectivas reprogramações orçamentárias e financeiras, nos limites do comportamento da receita.



CAPÍTULO XIII

DAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

Art. 33. O Orçamento Municipal poderá consignar recursos para financiar serviços de sua responsabilidade a serem executados por entidades de direito privado, mediante convênios, contratos, ajustes e outros instrumentos legais, desde que seja conveniente ao Município e tenham demonstrado padrões de eficiência no cumprimento dos objetivos determinados.

Art. 34. As transferências de recursos financeiros destinados a auxílios e subvenções, no que couber, obedecerão às regras estipuladas nos capítulos V e VI da LRF.

Art. 35. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a quaisquer títulos submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para as quais receberam recursos.

CAPÍTULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. As propostas de modificações ao projeto de lei orçamentária serão apresentadas, no que couberem, com a forma, o nível de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas para o orçamento, nesta Lei.

Art. 37. Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual, não for aprovado até 31 de dezembro de 2025, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

- I – pessoal e encargos sociais;
- II – pagamento do serviço da dívida;
- III – necessárias à manutenção e execução dos serviços essenciais; e
- IV – no limite duodecimal para as demais despesas.

Art. 38. No prazo de até 30 dias após a publicação dos orçamentos, o Executivo estabelecerá e manterá atualizada a programação financeira contendo metas bimestrais de arrecadação e cronograma de execução mensal de desembolso.

Art. 39. Caberá a Lei Orçamentária Anual autorizar as seguintes situações:

I – Abrir créditos adicionais suplementares até determinado limite, do total da despesa fixada no orçamento geral do município, utilizando como fonte os recursos previstos no § 1º do Art. 43 da Lei 4.320/64.

II - Tomar todas as medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da receita e realizar Operações de Créditos por Antecipação da Receita Orçamentária, conforme permissão contida no § 8º do artigo 165, obedecendo ao limite estabelecido no inciso III, do artigo 167, ambos da Constituição Federal e Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001 do Senado Federal.

§ 1º. As autorizações contempladas no Inciso I do caput deste artigo são extensivas às dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo e às programações orçamentárias dos Fundos e dos Órgãos da Administração Indireta.

§ 2º. A criação de nova fonte de recurso juntamente com o novo elemento despesa na Lei Orçamentária Anual durante o curso do exercício financeiro de 2026 far-se-á por Decreto do Poder Executivo mediante abertura de crédito adicional suplementar em estrita observância as disposições previstas na Lei supramencionada.



Art. 40. O Poder Executivo nos termos do inciso IV do Art. 167 da Constituição Federal de 1988, poderá transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual e nos créditos adicionais, em decorrência da extinção, da transformação, da transferência, da incorporação ou do desmembramento de órgãos e entidades, e de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática com a finalidade de facilitar o cumprimento da programação aprovada na LOA.

§ 1º. Para efeito desta Lei estende-se por:

I – Transposição: as realocações de recursos no âmbito dos programas de trabalho dentro do mesmo órgão.

II – Remanejamento: as realocações na organização do ente público, com destinação de recursos de um órgão para outro.

III – Transferência: as realocações de recursos entre categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

§ 2º - A transposição, remanejamento ou a transferência poderá ocorrer até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa inicialmente fixada na Lei Orçamentária Anual de 2026.

§ 3º - Essa tríade constitucional não poderá aumentar o total da despesa fixada na Lei Orçamentária Anual.

§ 4º - As autorizações contempladas no *caput* deste artigo são extensivas às dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo e às programações orçamentárias dos fundos e dos órgãos da administração indireta.

Art. 41. Fica o Poder Executivo autorizado a rever o Anexo de Metas Fiscais em decorrência de alterações na legislação tributária ou na ocorrência de outros fatores que possam afetá-la, mediante alteração da previsão de receita e das metas fiscais, na proposta orçamentária para 2026.

Art. 42. Integram-se a esta Lei os anexos elencados no rol do manual de demonstrativos fiscais editados pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 43. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ribas Do Rio Pardo/MS, 15 de Abril de 2025

Roberson Luiz Moureira
Prefeito - PSDB

Paulo Rogério de Souza Bernardes
Procurador Geral do Município



MENSAGEM

Mensagem nº 48 ao Projeto de Lei nº 48 de 15 de abril de 2025

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa de Ribas do Rio Pardo – MS e nobres vereadores,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência e, por seu intermédio, aos demais Excelentíssimos Senhores Vereadores, para, com fundamento no art. 132 da Lei Orgânica do Município, submeter à apreciação desse Poder Legislativo o incluso projeto de lei que ***“Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026, e dá outras providências”***.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme O §2º do art. 165 da Constituição Federal, estabelece as diretrizes para elaboração da lei orçamentária anual, compreendendo as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientando a elaboração da lei orçamentária anual, dispondo inclusive sobre as alterações na legislação tributária e sobre as despesas com pessoal e encargos sociais, bem como às despesas decorrentes de débitos de precatórios judiciais.

Destacamos que na elaboração deste projeto de Lei foram observados os critérios utilizados pela União e pelo Estado, além das determinações contidas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), bem como as demais normas que regem a matéria, especialmente as modificações introduzidas pela Portaria nº 699, de 07 de julho de 2023, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que aprova a 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).

A projeção de valores das receitas e despesas foi realizada com dados disponibilizados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, desenvolvimento, ciência, tecnologia e inovação (SEMADESC) conforme orientações estabelecidas na citada portaria da STN, mediante a utilização do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e a projeção do Produto Interno Bruto – PIB do nosso Estado e das demais variáveis que possam afetar o comportamento da arrecadação e do crescimento da despesa, no âmbito da gestão dos respectivos Entes Federados.

São essas, Senhora Presidente, as razões que levaram ao envio do presente projeto, requerendo que o mesmo seja apreciado, nos termos da Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal, tendo em vista a urgência e relevância da matéria. Oportunamente, aproveito para reforçar o compromisso do Poder Executivo em colaborar para a manutenção do primoroso trabalho desempenhado pela Câmara Municipal e apresentar meus sinceros cumprimentos.

ROBERSON LUIZ MOUREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

À Excelentíssima Senhora
Tania Maria Ferreira de Souza
Digníssima Vereadora Presidente da Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo/MS



fonte 800	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
fonte 802	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Juros da Dívida FONTE 800 / 802 (3.2.xx.xx)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (4.6.xx.71) FONTE 800 / 802	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Reserva de Contingência (9.9) FONTE 800 / 802	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha(V)=(I-II)	-17.858.000,00	-59.697.944,52	-31.980.127,31	-6.383.683,93	-5.745.315,54	-5.946.401,58	-6.154.525,64
Resultado Primário(COM RPPS) - Acima da Linha(VI)=(V)+(III-IV)	-17.858.000,00	-59.697.944,52	-31.980.127,31	-6.383.683,93	-5.745.315,54	-5.946.401,58	-6.154.525,64
Dívida Pública Consolidada(DC)	35.806.651,78	15.624.328,90	52.381.494,21	49.881.994,21	47.632.444,21	45.304.159,96	42.894.385,76
Dívida Consolidada Líquida(DCL)	-92.933.378,46	-107.573.234,52	-48.174.070,37	-21.092.107,77	-43.986.101,98	-19.374.425,31	-42.208.300,63
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da linha	-18.665.730,92	-14.639.856,06	44.759.308,09	86.481.126,75	-22.893.994,21	24.611.676,66	-22.833.875,32
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos(Exceto RPPS)	23.000,00	2.509.681,68	9.395.583,35	8.882.183,93	7.993.965,54	8.273.754,33	8.563.335,73
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos(Exceto RPPS)	1.746.000,00	6.684.820,00	5.911.426,81	5.500.000,00	4.950.000,00	5.123.250,00	5.302.563,75
	4,62%	3,50%	3,50%	-10,00%	3,50%	3,50%	3,50%

	2024	2025	2026	2027	2028
RCL	391.510.162,74	506.670.663,32	456.003.596,99	471.963.722,88	488.482.453,18
PIB	185.042.770.000,00	200.825.320.000,00	216.607.860.000,00	232.390.410.000,00	248.172.950.000,00

IPCA / PIB = extraído do relatório SEMADDESC <https://www.semadesc.ms.gov.br/wp-content/uploads/2024/12/PIB-Projecao-2022-2028.pdf>

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)									
PASSIVOS CONTINGENTES	2026			2027			2028		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB)x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB)x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB)x100
Receita Total(EXCETO FONTES RPPS)	439.992.641,16	483.991.905,28	0,20	455.392.383,60	439.453.650,17	0,19	471.331.117,03	454.834.527,93	0,19
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(I)	420.297.325,62	462.327.058,19	0,19	435.007.732,02	419.782.461,40	0,18	450.233.002,64	434.474.847,55	0,18
Receitas Primárias Correntes	410.044.843,16	451.049.327,48	0,19	424.396.412,67	409.542.538,23	0,18	439.250.287,12	423.876.527,07	0,18
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	197.661.117,35	217.427.229,08	0,09	204.579.256,46	197.418.982,48	0,08	211.739.530,43	204.328.646,87	0,09
Transferências Correntes	209.950.305,81	230.945.336,39	0,10	217.298.566,52	209.693.116,69	0,09	224.904.016,34	217.032.375,77	0,09
Demais Receitas Primárias Correntes	2.433.420,00	2.676.762,00	0,00	2.518.589,70	2.430.439,06	0,00	2.606.740,34	2.515.504,43	0,00
Receitas Primárias de Capital	10.252.482,46	11.277.730,71	0,00	10.611.319,35	10.239.923,17	0,00	10.982.715,53	10.598.320,48	0,00
Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	439.992.641,16	483.991.905,28	0,20	455.392.383,60	439.453.650,17	0,19	471.331.117,03	454.834.527,93	0,19
Despesas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(II)	426.042.641,16	468.646.905,28	0,20	440.954.133,60	425.520.738,92	0,18	456.387.528,28	440.413.964,79	0,18
Despesas Primárias Correntes	304.536.431,00	334.990.074,10	0,14	315.195.206,08	304.163.373,87	0,13	326.227.038,30	314.809.091,96	0,13
Pessoal e Encargos Sociais	152.135.278,61	167.348.806,48	0,07	157.460.013,37	151.948.912,90	0,07	162.971.113,83	157.267.124,85	0,07
Outras Despesas Correntes	152.401.152,38	167.641.267,62	0,07	157.735.192,72	152.214.460,97	0,07	163.255.924,46	157.541.967,11	0,07
Despesas Primárias de Capital	117.102.267,16	128.812.493,88	0,05	121.200.846,51	116.958.816,88	0,05	125.442.876,14	121.052.375,48	0,05
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	5.087.106,66	5.595.817,32	0,00	5.265.155,39	5.080.874,95	0,00	5.449.435,83	5.258.705,57	0,00
Receita Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias(COM FONTES RPPS)(III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha(V)=(I-II)	-5.745.315,54	-6.319.847,09	0,00	-5.946.401,58	-5.738.277,53	0,00	-6.154.525,64	-5.939.117,24	0,00
Resultado Primário(COM RPPS) - Acima da Linha(VI)=(V)+(III-IV)	-5.745.315,54	-6.319.847,09	0,00	-5.946.401,58	-5.738.277,53	0,00	-6.154.525,64	-5.939.117,24	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos(Exceto RPPS)	7.993.965,54	8.793.362,09	0,00	8.273.754,33	7.984.172,93	0,00	8.563.335,73	8.263.618,98	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos(Exceto RPPS)	4.950.000,00	5.445.000,00	0,00	5.123.250,00	4.943.936,25	0,00	5.302.563,75	5.116.974,02	0,00
Dívida Pública Consolidada(DC)	35.806.651,78	39.387.316,96	0,02	45.304.159,96	43.718.514,36	0,02	42.894.385,76	41.393.082,26	0,02
Dívida Consolidada Líquida(DCL)	-92.933.378,46	-102.226.716,31	-0,04	-19.374.425,31	-18.696.320,43	-0,01	-42.208.300,63	-40.731.010,11	-0,02
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da linha	-18.665.730,92	-20.532.304,01	-0,01	24.611.676,66	23.750.267,98	0,01	-22.833.875,32	-22.034.689,68	0,00
		-10,00%			3,50%			3,50%	

	2024			2024			Variação	
ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas (b)	% PIB	% RCL	Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total(EXCETO FONTES RPPS)	434.940.651,94	0,24	111,09	337.212.868,78	0,18	86,13	-97.727.783,16	-22,47
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(I)	364.128.970,26	0,20	93,01	302.817.285,43	0,16	77,35	-61.311.684,83	-16,84
Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	434.940.651,94	0,24	111,09	344.965.907,45	0,19	88,11	-89.974.744,49	-20,69
Despesas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(II)	423.826.914,78	0,23	108,25	334.797.412,74	0,18	85,51	-89.029.502,04	-21,01
Receita Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias(COM FONTES RPPS)(III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha(V)=(I-II)	-59.697.944,52	-0,03	-15,25	-31.980.127,31	-0,02	-8,17	27.717.817,21	-46,43
Resultado Primário(COM RPPS) - Acima da Linha(VI)=(V)+(III-IV)	-59.697.944,52	-0,03	-15,25	-31.980.127,31	-0,02	-8,17	27.717.817,21	-46,43
Dívida Pública Consolidada(DC)	15.624.328,90	0,01	3,99	52.381.494,21	0,03	13,38	36.757.165,31	235,26
Dívida Consolidada Líquida(DCL)	-107.573.234,52	-0,06	-27,48	-48.174.070,37	-0,03	-12,30	59.399.164,15	-55,22
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da linha	-14.639.856,06	-0,01	-3,74	44.759.308,09	0,02	11,43	59.399.164,15	-405,74

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total(EXCETO FONTES RPPS)	219.469.000,00	434.940.651,94	98,18%	488.880.712,40	12,40%	439.992.641,16	-10,00%	455.392.383,60	3,50%	471.331.117,03	3,50%
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(I)	197.445.000,00	364.128.970,26	84,42%	466.997.028,47	28,25%	420.297.325,62	-10,00%	435.007.732,02	3,50%	450.233.002,64	3,50%
Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	219.469.000,00	434.940.651,94	98,18%	488.880.712,40	12,40%	439.992.641,16	-10,00%	455.392.383,60	3,50%	471.331.117,03	3,50%
Despesas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(II)	215.303.000,00	423.826.914,78	96,85%	473.380.712,40	11,69%	426.042.641,16	-10,00%	440.954.133,60	3,50%	456.387.528,28	3,50%
Receita Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Receitas Primárias(COM FONTES RPPS)(III)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha(V)=(I-II)	-17.858.000,00	-59.697.944,52	234,29%	-6.383.683,93	-89,31%	-5.745.315,54	-10,00%	-5.946.401,58	3,50%	-6.154.525,64	3,50%
Resultado Primário(COM RPPS) - Acima da Linha(VI)=(V)+(III-IV)	-17.858.000,00	-59.697.944,52	234,29%	-6.383.683,93	-89,31%	-5.745.315,54	-10,00%	-5.946.401,58	3,50%	-6.154.525,64	3,50%
Dívida Pública Consolidada(DC)	35.806.651,78	15.624.328,90	-56,36%	49.881.994,21	219,26%	47.632.444,21	-4,51%	45.304.159,96	-4,89%	42.894.385,76	-5,32%
Dívida Consolidada Líquida(DCL)	-92.933.378,46	-107.573.234,52	15,75%	-21.092.107,77	-80,39%	-43.986.101,98	108,54%	-19.374.425,31	-55,95%	-42.208.300,63	117,86%
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da linha	-18.665.730,92	-14.639.856,06	-21,57%	86.481.126,75	-690,72%	-22.893.994,21	-126,47%	24.611.676,66	-207,50%	-22.833.875,32	-192,78%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total(EXCETO FONTES RPPS)	229.608.467,80	450.163.574,76	96,06%	488.880.712,40	8,60%	395.993.377,04	-19,00%	439.453.650,17	10,98%	454.834.527,93	3,50%
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(I)	206.566.959,00	376.873.484,22	82,45%	466.997.028,47	23,91%	378.267.593,06	-19,00%	419.782.461,40	10,98%	434.474.847,55	3,50%
Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	229.608.467,80	450.163.574,76	96,06%	488.880.712,40	8,60%	395.993.377,04	-19,00%	439.453.650,17	10,98%	454.834.527,93	3,50%
Despesas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(II)	225.249.998,60	438.660.856,80	94,74%	473.380.712,40	7,91%	383.438.377,04	-19,00%	425.520.738,92	10,98%	440.413.964,79	3,50%
Receita Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Receitas Primárias(COM FONTES RPPS)(III)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha(V)=(I-II)	-18.683.039,60	-61.787.372,58	230,71%	-6.383.683,93	-89,67%	-5.170.783,98	-19,00%	-5.738.277,53	10,97%	-5.939.117,24	3,50%
Resultado Primário(COM RPPS) - Acima da Linha(VI)=(V)+(III-IV)	-18.683.039,60	-61.787.372,58	230,71%	-6.383.683,93	-89,67%	-5.170.783,98	-19,00%	-5.738.277,53	10,97%	-5.939.117,24	3,50%
Dívida Pública Consolidada(DC)	37.460.919,09	16.171.180,41	-56,83%	49.881.994,21	208,46%	42.869.199,79	-14,06%	43.718.514,36	1,98%	41.393.082,26	-5,32%
Dívida Consolidada Líquida(DCL)	-97.226.900,54	-111.338.297,73	14,51%	-21.092.107,77	-81,06%	-39.587.491,78	87,69%	-18.696.320,43	-52,77%	-40.731.010,11	117,86%
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da linha	-19.528.087,69	-15.152.251,02	-22,41%	86.481.126,75	-670,75%	-20.604.594,79	-123,83%	23.750.267,98	-215,27%	-22.034.689,68	-192,78%

REGIME NORMAL						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio/Capital	208.377.479,79	100,00	192.266.309,41	100,00	149.022.699,77	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	208.377.479,79	100,00	192.266.309,41	100,00	149.022.699,77	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00		0,00

RECEITAS REALIZADAS	2024	2023	2022
	(a)	(b)	(c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	244.130,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	244.130,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS EXECUTADAS	2024	2023	2022
	(d)	(e)	(f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES REGIMES PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
VALOR(III)	(g) = ((Ia – IId) + IIIf)	(h) = ((Ib – IIe) + IIIi)	(i) = (Ic – IIg)
	244.130,00	244.130,00	244.130,00

AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

EVENTOS	Valor Previsto para 2026
Aumento Permanente da Receita	-46.699.702,85
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	-46.699.702,85
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	-46.699.702,85
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-16.903.919,85
Novas DOCC	-16.903.919,85
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	-29.795.783,00

GESTÃO E GOVERNO

Implantar o programa “Ribas 100% Digital”, com integração completa dos processos administrativos.

Implantar o programa “Ribas 100% Digital”, com integração completa dos processos administrativos. Execução: A ação consiste na criação de um “Centro de Digitalização” e Arquivo Geral para digitalizar o acervo histórico e corrente com objetivo de implantar plataforma digital unificada para gestão de processos administrativos, contratos, licitações, folha e atendimento ao servidor com tramitação geral 100% digital. A ação contempla a eliminação total do uso de papel, capacitação de servidores, implantação de certificação digital e ferramentas necessárias.

Atualizar o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração com valorização funcional.

Atualizar o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração com valorização e otimização da progressão funcional. Execução: Revisar o Plano de Cargos e Carreiras vigente, criando novos critérios de progressão, faixas salariais e políticas de estímulo à qualificação. O processo será conduzido com estudos técnicos e participação dos sindicatos, assegurando viabilidade financeira e motivação funcional.

Instituir o Programa de Bonificação por Desempenho e Inovação.

Instituir o Programa de Bonificação por Desempenho e Inovação.1 Execução: Conceder gratificações conforme metas pactuadas por secretaria ou setor, premiando servidores que apresentem resultados concretos em produtividade, economia e inovação administrativa. Regulamentação via decreto, com controle técnico e publicização dos resultados.

Criar o Clube de Descontos do Servidor com parcerias locais.

Criar o Clube de Descontos do Servidor com parcerias locais.1 Execução: Firmar convênios com estabelecimentos comerciais para concessão de benefícios aos servidores municipais sem impacto fiscal. A ação também fortalece a economia local e contribui para o bem-estar do funcionalismo.

Criar o Programa Banco de Talentos e Capacitação Contínua.

Criar o Programa Banco de Talentos e Capacitação Contínua.1 Execução: Elaborar sistema interno com base em perfis de competência, promovendo alocações mais eficientes e

ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

abertura de vagas internas conforme habilidades. Paralelamente, manter plataforma com cursos EAD e formações presenciais voltadas à gestão pública, legislação, atendimento e tecnologia e capacitação interna.

Estabelecer Parcerias com Universidades para Bolsas de Pós-Graduação a Servidores

Celebrar convênios com universidades públicas e privadas, com o objetivo de ofertar bolsas de estudo integrais ou parciais para cursos de pós-graduação lato sensu voltados às áreas técnicas da administração pública. A proposta visa ampliar o nível de especialização do quadro funcional, estimulando a qualificação permanente dos servidores em áreas como finanças públicas, planejamento governamental, gestão de políticas públicas, direito administrativo, tecnologia da informação aplicada ao setor público, entre outras. Será editado ato normativo municipal regulamentando os critérios de acesso às bolsas, como: tempo de serviço, área de atuação, pertinência do curso à função exercida, avaliação de desempenho e contrapartida institucional. O processo de seleção será transparente e baseado em mérito, com acompanhamento da controladoria e da comissão de gestão de pessoas.

Garantir fornecimento e controle de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

Garantir fornecimento e controle de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).¹ Execução: Distribuir EPIs conforme normas técnicas por setor, criando sistema informatizado para controle de entrega, validade e reposição. A medida assegura a integridade física dos trabalhadores e fortalece a gestão de segurança.

Revitalizar e modernizar o prédio da Prefeitura com foco em acessibilidade e funcionalidade.

Revitalizar e modernizar o prédio da Prefeitura com foco em acessibilidade e funcionalidade.¹ Execução: Executar reforma estrutural no Paço Municipal, incluindo climatização, iluminação, acessibilidade, espaços de atendimento humanizado, readequação de salas e melhorias na recepção, garantindo ambiente digno para os servidores e para a população.

Reestruturação administrativa conforme a realidade funcional do município

Realizar análise detalhada da estrutura organizacional atual da prefeitura, identificando sobreposições, lacunas e unidades ineficientes. Com base nesse diagnóstico, propor ajustes nos organogramas, redistribuição de funções, agrupamento ou desmembramento de setores e atualização de regimentos internos, buscando maior alinhamento com as demandas do município, melhor alocação de pessoal e otimização dos serviços públicos.

ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

Criação da Guarda Municipal.

A ação 'Criação da Guarda Municipal.' será executada por meio de planejamento técnico da área de desenvolvimento, governo e gestão, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Revitalizar e Ampliar o Centro Social Brasil Criança Cidadã.

A ação 'Revitalizar e Ampliar o Centro Social Brasil Criança Cidadã.' será executada por meio de planejamento técnico da área de assistência social, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Criação do lar do idoso.

A ação 'Criação do lar do idoso.' será executada por meio de planejamento técnico da área de assistência social, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Reformar e Ampliar do CRAS Estoril.

A ação Revitalizar e Ampliar o CRAS Estoril será executada por meio de planejamento técnico da área de assistência social, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Aperfeiçoar e reestruturar o Programa de Transferência de Renda Nutrir para “Cartão Cidadania”.

A ação 'Aperfeiçoar e reestruturar o Programa de Transferência de Renda Nutrir' será executada por meio de planejamento técnico da área de assistência social, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Reforma do CRAS Central.

A ação reformar o CRAS Central ' será executada por meio de planejamento técnico da área de assistência social, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

Reforma do CREAS.

A ação reformar o CREAS ' será executada por meio de planejamento técnico da área de assistência social, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Construção da Sede do Programa Cartão Cidadania

A ação Construir a Sede do Programa Cartão Cidadania ' será executada por meio de planejamento técnico da área de assistência social, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Construção do Centro de Convivência do Idoso

A ação construir o Centro de Convivência do Idoso ' será executada por meio de planejamento técnico da área de assistência social, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Construção da Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social

A ação construir a Construção da Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social ' será executada por meio de planejamento técnico da área de assistência social, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Construção da Sede do Conselho Tutelar

A ação construir a Sede do Conselho Tutelar ' será executada por meio de planejamento técnico da área de assistência social, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Reforma da Casa de Velório

A ação reformar a Casa de Velório ' será executada por meio de planejamento técnico da área de assistência social, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

EDUCAÇÃO

Valorizar profissionais da educação com plano de carreira e benefícios.

A ação 'Valorizar profissionais da educação com plano de carreira e benefícios.' será executada por meio de planejamento técnico da área de educação, com envolvimento da

ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Capacitação permanente dos professores da rede municipal.

A ação 'Capacitação permanente dos professores da rede municipal.' será executada por meio de planejamento técnico da área de educação, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Implantar núcleo jurídico para educação.

A ação 'Implantar núcleo jurídico para educação.' será executada por meio de planejamento técnico da área de educação, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Projetos pedagógicos com foco no pensamento crítico e social.

A ação 'Projetos pedagógicos com foco no pensamento crítico e social.' será executada por meio de planejamento técnico da área de educação, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Distribuição de merenda escolar balanceada.

A ação 'Distribuição de merenda escolar balanceada.' será executada por meio de planejamento técnico da área de educação, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Educação ambiental em propriedades rurais produtivas.

A ação 'Educação ambiental em propriedades rurais produtivas.' será executada por meio de planejamento técnico da área de educação, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Acessibilidade e inclusão para alunos com deficiência.

A ação 'Acessibilidade e inclusão para alunos com deficiência.' será executada por meio de planejamento técnico da área de educação, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Sinal de internet de qualidade nas escolas públicas.

A ação 'Sinal de internet de qualidade nas escolas públicas.' será executada por meio de planejamento técnico da área de educação, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Núcleos de tecnologias com técnicos capacitados.

ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

A ação 'Núcleos de tecnologias com técnicos capacitados.' será executada por meio de planejamento técnico da área de educação, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Laboratório de artes nas escolas da rede municipal.

A ação 'Laboratório de artes nas escolas da rede municipal.' será executada por meio de planejamento técnico da área de educação, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Reforma dos prédios e construção de quadras nas escolas.

A ação 'Reforma e construção de quadras nas escolas.' será executada por meio de planejamento técnico da área de educação, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Aumentar a oferta de vagas em creches.

A ação 'Aumentar a oferta de vagas em creches.' será executada por meio de planejamento técnico da área de educação, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Estudos para terceirização da manutenção escolar.

A ação 'Estudos para terceirização da manutenção escolar.' será executada por meio de planejamento técnico da área de educação, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Transporte escolar de qualidade.

A ação 'Transporte escolar de qualidade.' será executada por meio de planejamento técnico da área de educação, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Aquisição de um caminhão com câmara fria e uma camionete.

A ação 'Aquisição de um caminhão com câmara fria e uma camionete.' será executada por meio de planejamento técnico da área de educação, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Viagens de estudo para professores.

A ação 'Viagens de estudo para professores.' será executada por meio de planejamento técnico da área de educação, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

HABITAÇÃO

Identificar déficit habitacional e construir moradias populares.

Ação 'Identificar déficit habitacional e construir moradias populares.' será executada por meio de planejamento técnico da área de habitação, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Identificar áreas para condomínios de habitação popular.

A ação 'Identificar áreas para condomínios de habitação popular.' será executada por meio de planejamento técnico da área de habitação, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Ampliar parcerias com programas de habitação federal e estadual.

A ação 'Ampliar parcerias com programas de habitação federal e estadual.' será executada por meio de planejamento técnico da área de habitação, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Priorizar moradia para famílias em situação de risco e baixa renda.

A ação 'Priorizar moradia para famílias em situação de risco e baixa renda.' será executada por meio de planejamento técnico da área de habitação, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Facilitar acesso à casa própria, lotes ou materiais de construção.

A ação 'Facilitar acesso à casa própria, lotes ou materiais de construção.' será executada por meio de planejamento técnico da área de habitação, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

CULTURA

Criação do Museu Histórico e Cultural de Ribas do Rio Pardo.

A ação 'Criação do Museu Histórico e Cultural de Ribas do Rio Pardo.' será executada por meio de planejamento técnico da área de cultura, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Difusão da história e cultura nos equipamentos públicos.

ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

A ação 'Difusão da história e cultura nos equipamentos públicos.' será executada por meio de planejamento técnico da área de cultura, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Criar polos de cultura nas escolas de bairros mais vulneráveis.

A ação 'Criar polos de cultura nas escolas de bairros mais vulneráveis.' será executada por meio de planejamento técnico da área de cultura, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Valorizar e capacitar artistas locais.

A ação 'Valorizar e capacitar artistas locais.' será executada por meio de planejamento técnico da área de cultura, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Reativar e aprimorar o 'Canta Ribas'.

A ação 'Reativar e aprimorar o 'Canta Ribas'.' será executada por meio de planejamento técnico da área de cultura, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Construção de concha acústica para eventos.

A ação 'Construção de concha acústica para eventos.' será executada por meio de planejamento técnico da área de cultura, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Centro Cultural com aulas de música e outras práticas.

A ação 'Centro Cultural com aulas de música e outras práticas.' será executada por meio de planejamento técnico da área de cultura, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Aprimorar o Arraiá de Ribas.

9.8.1 A ação 'Aprimorar o Arraiá de Ribas.' será executada por meio de planejamento técnico da área de cultura, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Projeto Conecta Ribas para intercâmbio juvenil.

A ação 'Projeto Conecta Ribas para intercâmbio juvenil.' será executada por meio de planejamento técnico da área de cultura, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

Implantar programa de incentivo financeiro “Bolsa músico” aos músicos da Banda Marcial Gilberto Fogaça

10.1 A ação 'Implantar programa de incentivo financeiro de Bolsa Músico aos músicos da Banda Marcial Gilberto Fogaça.' será executada por meio de planejamento técnico da área da cultura, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

ESPORTE E TURISMO

Elaborar projeto para construção de Centro de Esportes.

A ação elaborar projeto para construção de Centro de Esportes, será executada por meio de planejamento técnico da área de esporte, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

4.2 Implantar programa de incentivo financeiro a atletas.

A ação 'Implantar programa de incentivo financeiro a atletas.' será executada por meio de planejamento técnico da área de esporte, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Valorizar e capacitar educadores esportivos com bolsa técnico.

A ação 'Valorizar e capacitar educadores esportivos com bolsa técnico.' será executada por meio de planejamento técnico da área de esporte, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Instituir projeto de atividades esportivas aos finais de semana.

A ação 'Instituir projeto de atividades esportivas aos finais de semana, em praças e áreas esportivas, será executada por meio de planejamento técnico da área de esporte, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Construção de uma piscina olímpica.

4.5.1 A ação 'Construção de uma piscina olímpica.' será executada por meio de planejamento técnico da área de esporte, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Promover campeonatos esportivos e apoiar eventos amadores.

ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

4.6.1 A ação 'Promover campeonatos esportivos e apoiar eventos amadores.' será executada por meio de planejamento técnico da área de esporte, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Ampliar número de academias em praças públicas.

A ação 'Ampliar número de academias em praças públicas.' será executada por meio de planejamento técnico da área de esporte, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Reforma do Ginásio Municipal José Miguel Sanches Vigilatto.

A ação 'Reforma do Ginásio Municipal José Miguel Sanches Vigilatto, será executada por meio de planejamento técnico da área de esporte, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Criar e implantar a sede da Secretaria Lazer e Juventude dentro do Parque dos Ipês.

2.1.1 A ação 'Criar e implantar a sede da Secretaria Lazer e Juventude dentro do Parque dos Ipês, será executada por meio de planejamento técnico da área de lazer e juventude, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Instalação de placas informativas e direcionais nos atrativos turísticos.

A ação Instalação de placas informativas e direcionais nos atrativos turísticos, será executada por meio de planejamento técnico da área de lazer e juventude, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Realização de Eventos Turísticos Regionais.

A Ação Realização de Eventos Turísticos Regionais, será executada por meio de planejamento técnico da área de lazer e juventude, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Capacitação Profissional no Setor Turístico.

A Ação realização Capacitação Profissional no setor turístico, será executada por meio de planejamento técnico da área de lazer e juventude, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Construção do Centro de Atendimento ao Turista (CAT) e Centro de Convenções Municipal.

ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

A Ação Construção do Centro de Atendimento ao Turista (CAT) e Centro de Convenções Municipal, será executada por meio de planejamento técnico da área de lazer e juventude, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Fomentar os coletivos jovens voltados para a cultura, esportes, lazer e movimentos típicos da juventude.

A ação 'Fomentar os coletivos jovens voltados para a cultura, esportes, lazer e movimentos típicos da juventude.' será executada por meio de planejamento técnico da área de lazer e juventude, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Instituir o programa 'Acelera Juventude', visando incentivar e inserir o jovem no mercado de trabalho e outras áreas de formação.

A ação 'Instituir o programa 'Acelera Juventude', visando incentivar e inserir o jovem no mercado de trabalho e outras áreas de formação.' será executada por meio de planejamento técnico da área de lazer e juventude, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Implantar o Festival Conecta Juventude.

A ação 'Implantar o Festival Conecta Juventude.' será executada por meio de planejamento técnico da área de lazer e juventude, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Disponibilizar cursos gratuitos de educação à distância, para qualificação profissional e inclusão sócio-digital.

A ação 'Disponibilizar cursos gratuitos de educação à distância, para qualificação profissional e inclusão sócio-digital.' será executada por meio de planejamento técnico da área de lazer e juventude, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Criação da Guarda Mirim.

A ação 'Criação da Guarda Mirim.' será executada por meio de planejamento técnico da área de lazer e juventude, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

EMPREENDEDORISMO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Criação de centro tecnológico da celulose e biomassa com parcerias.

A ação 'Criação de centro tecnológico da celulose e biomassa com parcerias.' será executada por meio de planejamento técnico da área de desenvolvimento, governo e gestão, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Como proposta inovadora voltada ao desenvolvimento econômico sustentável, o Plano de Governo prevê a **criação de um Centro Tecnológico da Celulose e Biomassa**, com foco na pesquisa aplicada, desenvolvimento de tecnologias limpas, capacitação profissional e fortalecimento da cadeia produtiva da biomassa e da celulose.

A implementação do centro será conduzida por meio de **planejamento técnico estruturado**, integrando as áreas de **desenvolvimento econômico, governança e gestão pública**, garantindo articulação entre diferentes setores do governo municipal.

A iniciativa contará com o **envolvimento da comunidade local** e será fundamentada em um modelo de **cooperação multissetorial**, por meio de **parcerias públicas e privadas**, instituições de ensino, pesquisa e inovação.

Para viabilização do projeto, serão utilizados **recursos orçamentários próprios do município e/ou captados junto a fontes externas**, como fundos de fomento à inovação, agências de desenvolvimento, organismos internacionais e investimentos privados.

O Centro Tecnológico será um polo estratégico para promover inovação, sustentabilidade, geração de emprego e renda, além de posicionar o município como referência nacional na área de bioeconomia e energias renováveis.

Metas Quantitativas (2026–2027):

- **2026:**
 - Concluir estudos técnicos e levantamento de viabilidade do projeto.
 - Firmar no mínimo **5 parcerias institucionais** (universidades, empresas e órgãos de fomento).
 - Definir local de implantação e elaborar projeto arquitetônico e executivo do Centro.
 - Iniciar as obras de infraestrutura do Centro Tecnológico.

ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

- Captar pelo menos **R\$ 10 milhões em recursos externos** para a implantação e equipagem.
- Criar o **Comitê Gestor Multissetorial** com representantes da sociedade civil, governo e setor produtivo.
- **2027:**
 - Concluir a implantação física do centro.
 - Implantar **laboratórios e espaços de coworking e capacitação técnica**.
 - Lançar programa de **formação profissional com ênfase em biotecnologia, energias renováveis e gestão ambiental**, com **100 vagas abertas no primeiro ano**.
 - Alcançar a operação plena do Centro.
 - Desenvolver e incubar pelo menos **10 projetos de inovação ou startups** ligadas à celulose, biomassa e economia verde.
 - Estabelecer parcerias comerciais com pelo menos **5 empresas do setor produtivo**.

Indicadores de Impacto (até 2028):

- **+500 profissionais capacitados** nas áreas de bioeconomia, gestão ambiental e energias renováveis.
- **Redução de 10% na emissão de resíduos agroindustriais** com reaproveitamento por meio de tecnologias desenvolvidas no Centro.
- **Geração de pelo menos 200 novos postos de trabalho diretos e indiretos.**
- **Aumento de 15% na atração de investimentos para o setor de biomassa no município.**
- Tornar o município referência estadual em tecnologia para aproveitamento sustentável da celulose e biomassa.

Justificativa Estratégica:

Ribas do Rio Pardo atualmente é um dos líderes mundiais na produção de celulose e biomassa, e o potencial de uso sustentável desses recursos é imenso. Com essa iniciativa, o município se posicionará como protagonista na transição para uma economia verde, agregando valor à produção local, promovendo inovação e melhorando a qualidade de vida da população por meio de oportunidades econômicas e ambientais.

5.3 Programas para transferência de conhecimento a empresários locais.

5.3.1 A ação 'Programas para transferência de conhecimento a empresários locais.' será executada por meio de planejamento técnico da área de desenvolvimento, governo e gestão, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

Programa Municipal de Transferência de Conhecimento para Empresários Locais – "Empreender com Inovação – Programa ConectaEmpreendedoror"

Objetivo Geral:

Promover a qualificação do setor produtivo local por meio da **transferência de conhecimento técnico, gerencial e tecnológico aos empresários**, microempreendedores e gestores de pequenas e médias empresas, visando aumentar a competitividade, a sustentabilidade e a inovação nos negócios do município.

Eixos Estratégicos do Programa:

- 1. Capacitação Empresarial**
 - Oferecimento de cursos, oficinas e workshops sobre gestão de negócios, finanças, marketing digital, inovação e sustentabilidade.
 - Parcerias com universidades, SEBRAE, SENAI, SENAC e instituições de ensino técnico.
- 2. Consultorias e Mentorias Técnicas**
 - Atendimento individualizado com especialistas em áreas como planejamento estratégico, transição digital, logística e modelagem de negócios.
 - Mentorias com empresários de destaque e profissionais do mercado.
- 3. Plataforma Municipal de Conhecimento**
 - Criação de um ambiente virtual com conteúdo educativo, e-books, vídeos e trilhas de aprendizagem personalizados.
 - Canal de atendimento e suporte técnico para dúvidas e orientação empresarial.
- 4. Ambiente de Inovação e Networking**
 - Realização de feiras de negócios, rodadas de conversa, fóruns temáticos e eventos de integração entre empreendedores e investidores.
 - Estímulo à formação de redes de cooperação e cadeias produtivas locais.

Metas Quantitativas (2026–2027):

- **Capacitar 2.000 empresários locais** em cursos presenciais e online.
- Realizar **300 consultorias e mentorias** personalizadas por ano.
- Implantar a **Plataforma Municipal de Conhecimento** até o final de 2026.
- Promover **ao menos 8 eventos anuais** de networking e integração empresarial.

Indicadores de Impacto:

- Aumento de **30% na formalização de negócios e MEIs** até 2027.
- Crescimento médio de **20% no faturamento das empresas participantes** do programa.

ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

- Elevação do **índice de satisfação dos empreendedores atendidos** para acima de 90%.
- Estímulo à **criação de 100 novos empregos diretos e indiretos** por ano.

Justificativa Estratégica:

O fortalecimento do empreendedorismo local é fundamental para o desenvolvimento econômico do município. A transferência de conhecimento é a ponte entre a realidade atual dos negócios e as exigências de um mercado cada vez mais competitivo e tecnológico. Este programa visa preparar os empresários para inovar, crescer com sustentabilidade e gerar mais oportunidades para a comunidade.

Plano para erradicação dos lixões e destinação correta de resíduos.

5.5.1 A ação 'Plano para erradicação dos lixões e destinação correta de resíduos.' será executada por meio de planejamento técnico da área de desenvolvimento, governo e gestão, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

Plano Municipal Lixo Zero: Erradicação dos Lixões e Destinação Correta de Resíduos

Slogan: *"Cuidar do lixo é cuidar do futuro."*

Objetivo Geral:

Erradicar o atual lixão a céu aberto e implementar um sistema sustentável, moderno e eficiente de **gestão e destinação correta de resíduos sólidos urbanos**, promovendo saúde pública, preservação ambiental e inclusão socioeconômica.

Situação Atual (Diagnóstico):

- Existência de mais áreas degradadas por descarte irregular.
- Baixa taxa de reciclagem e ausência de coleta seletiva estruturada.
- Falta de educação ambiental contínua e de incentivo à participação da população.

Metas (2026–2027):

- **Encerrar 100% do lixão até 2026**, com recuperação das áreas degradadas.
- Implantar sistema de **coleta seletiva em todos os bairros até 2027**.
- Criar ou integrar o município a um **Consórcio Regional de Aterro Sanitário Regularizado até 2026**.
- Implantar até o final de 2026 **3 ecopontos estratégicos** para descarte consciente de resíduos volumosos e recicláveis.

ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

- Apoiar e formalizar **cooperativas de catadores**, com capacitação e infraestrutura, beneficiando **no mínimo 100 famílias**.

Eixos de Ação:

1. **Desativação do Lixão e Recuperação Ambiental**
 - Plano de fechamento técnico do lixão com monitoramento de solo e possíveis lençóis freáticos existentes ao entorno.
 - Recuperação de áreas impactadas por meio de reflorestamento e uso controlado.
2. **Ampliação da Infraestrutura de Destinação**
 - Implantação ou adesão a aterro sanitário licenciado, com gerenciamento técnico.
 - Criação de ecopontos e unidades de transbordo com triagem básica de resíduos.
3. **Coleta Seletiva e Educação Ambiental**
 - Campanha permanente de conscientização em escolas, comércios e comunidades.
 - Distribuição de kits informativos e ampliação da frota de coleta seletiva.
 - Parcerias com associações de bairro e cooperativas.
4. **Incentivo à Reciclagem e à Economia Circular**
 - Apoio à criação de uma central de triagem e reciclagem com gestão compartilhada.
 - Estímulo a negócios verdes com benefícios fiscais e editais de fomento.
5. **Governança e Legislação**
 - Revisão e modernização do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS).
 - Fortalecimento da fiscalização do descarte irregular.

Indicadores de Impacto (até 2028):

- **Redução de 90% na contaminação ambiental por resíduos** em áreas urbanas e rurais.
- **Aumento de 300% na taxa de reciclagem de resíduos secos.**
- **Inclusão produtiva de 100 famílias em cooperativas ou projetos de reaproveitamento.**
- **Eliminação de todos os pontos de descarte irregular mapeados.**
- Reconhecimento como município modelo em políticas de “lixo zero” na região.

Fontes de Recursos e Parcerias:

- Recursos do orçamento municipal (Fundo Municipal de Meio Ambiente).
- Programas federais como o **Procatadores**, **Recicla+**, e o **Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares)**.

ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

- Cooperação com consórcios intermunicipais e financiamento via BNDES, Caixa e organismos internacionais (BID, ONU-Habitat).

Erradicar os lixões é uma exigência legal, mas, sobretudo, um compromisso com a saúde pública, a dignidade humana e o desenvolvimento sustentável. Com este plano, o município assume seu papel de liderança na gestão ambiental responsável, promovendo um modelo eficiente, educativo e inclusivo de tratamento dos resíduos sólidos urbanos.

5.7 Adesão ao Programa Cidades Sustentáveis e diagnóstico municipal.

5.7.1 A ação 'Adesão ao Programa Cidades Sustentáveis e diagnóstico municipal.' será executada por meio de planejamento técnico da área de desenvolvimento, governo e gestão, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

<https://www.cidadessustentaveis.org.br/>

1. DIAGNÓSTICO E PLANO DE METAS - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES (IDSC) – 2.025

Produzir um documento de Diagnóstico do Município contendo no mínimo os cem indicadores que integram o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC), que podem ser complementados pelos demais indicadores sugeridos pelo Programa Cidades Sustentáveis (PCS). Este estudo servirá de referência para a consolidação de um Plano de Metas para os quatro anos da gestão, de maneira integrada e complementar ao Plano Plurianual (PPA), contemplando os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Elaborado com participação social, o documento deve apresentar os principais compromissos da administração municipal com metas numéricas e quantificáveis, a serem monitoradas ao longo da gestão. O documento anexo apresenta o detalhamento sobre os processos de elaboração do Plano de Metas e demais ações recomendadas pelo Programa Cidades Sustentáveis.

2. CRIAR A COMISSÃO MUNICIPAL PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O PROGRAMA DE METAS

Esta instância será de natureza consultiva e paritária, com a participação de representantes do poder público e da sociedade civil, com equidade de gênero, que tenha entre suas atribuições a interlocução, o estabelecimento de diretrizes e a disseminação de informações sobre as políticas públicas, o acompanhamento e o monitoramento dos objetivos, ações e metas do programa, alinhados aos ODS.

3. ELABORAR O RELATÓRIO LOCAL VOLUNTÁRIO (RLV)

ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

Elaborar o RLV (Relatório Local Voluntário) com a finalidade de dar transparência aos processos de implementação da Agenda 2030 em nível local. O RLV é um mecanismo de prestação de contas para apresentar às Nações Unidas, com a finalidade de mapear e analisar a evolução da implementação da Agenda em nível local, além de fortalecer o compromisso e engajamento com a implementação e disseminação da Agenda e dar visibilidade para as políticas públicas e programas alinhados aos ODS.

4. UTILIZAR AS FERRAMENTAS, CONTEÚDOS E METODOLOGIAS DA PLATAFORMA DO PCS

Utilizar as ferramentas, conteúdos e metodologias contidas nos dez módulos temáticos disponibilizados pela Plataforma do PCS como forma de aprimorar a gestão e promover maior transparência, na medida em que amplia o diálogo e a participação da sociedade para a construção conjunta de políticas públicas e de mecanismos de transparência e controle social. A plataforma do Programa Cidades Sustentáveis (PCS) cumpre o papel de apoiar o processo de localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a implementação da Agenda 2030 em nível local.

O PCS estará em diálogo constante com os pontos focais indicados para apoiá-los na implementação desta agenda no município. Para tanto, o prefeito se comprometerá a indicar **os pontos focais em até 30 dias a partir da data de assinatura da Carta de Compromisso** (<https://www.cidadessustentaveis.org.br/>), **neste caso se a adesão for formalizada em 2025.**

Esta adesão permitirá a utilização do selo “**Programa Cidades Sustentáveis - Cidade Participante**”, que será renovada anualmente enquanto a cidade estiver dentro dos prazos de elaboração e implementação dos compromissos.

Ao assinar a carta-compromisso o município automaticamente **estará aderindo também à Estratégia ODS**, uma coalizão que reúne organizações representativas da sociedade civil, do setor privado, de governos locais e da academia, com o propósito de ampliar e qualificar o debate a respeito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil e propor meios de localização efetivos para essa agenda, e de acordo com a sua Carta de Princípios

Fornecimento de maquinários nos assentamentos sob gestão pública.

A ação 'Fornecimento de maquinários nos assentamentos sob gestão pública.' será executada por meio de planejamento técnico da área de desenvolvimento, governo e gestão, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

Apoio à Produção nos Assentamentos Rurais – Fornecimento de Maquinários e Combustível

Objetivo:

Fortalecer a produção agrícola nos assentamentos do município por meio do **fornecimento de maquinários e insumos essenciais**, como combustível, em sistema de apoio logístico e operacional gerido pela administração pública municipal.

Descrição da Diretriz:

A Prefeitura atuará de forma ativa no apoio à produção agrícola familiar nos assentamentos rurais sob sua gestão, garantindo **condições mínimas para o preparo do solo, plantio, colheita e transporte**, através da:

- Disponibilização de **maquinários agrícolas públicos (tratores, grades, retroescavadeiras, caminhões, entre outros)** conforme cronograma de atendimento e demanda organizada pelos assentamentos. ***já em prática
- **Fornecimento de combustível subsidiado ou via parcerias específicas**, com controle e transparência no uso.
- Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, com equipe técnica municipal responsável.
- Implantação de **agenda de uso compartilhado por comunidades**, com prioridade para atividades de produção de alimentos, cooperativismo e abastecimento de feiras e merendas escolares.

Metas Operacionais (2026):

- Disponibilizar, até 2026, 4 **patrulhas mecanizadas municipais** com pelo menos **5 tipos de equipamentos agrícolas** e cada patrulha.
- Criar um **Plano Municipal de Apoio à Mecanização Agrícola**, com cronograma participativo junto às lideranças dos assentamentos.
- Garantir o fornecimento contínuo de **combustível para atendimento dos 6 assentamentos ativos**, com foco nas etapas produtivas prioritárias.
- Realizar **capacitação anual** com produtores para uso seguro e manutenção dos maquinários.

Indicadores de Impacto:

- **Aumento de até 40% na produtividade média** das áreas beneficiadas.
- **Redução do custo operacional dos assentamentos em até 30%**, com uso compartilhado de maquinário.
- **Aumento do número de famílias beneficiadas diretamente** com serviços de mecanização (meta: 500 famílias até 2028).
- **Ampliação da produção destinada à alimentação escolar e feiras livres** em 50%.

ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

Fontes de Recursos e Parcerias:

- Recursos próprios do município via SEMADESC.
- Convênios com INCRA, CONAB, MDA, SAF/MAPA e programas federais.
- Emendas parlamentares e parcerias com consórcios intermunicipais.
- Termos de cooperação com cooperativas e associações rurais locais.

Adesão ao pacto de prefeitos pelo clima e energia.

5.10.1 A ação 'Adesão ao pacto de prefeitos pelo clima e energia.' será executada por meio de planejamento técnico da área de desenvolvimento, governo e gestão, com envolvimento da comunidade, parcerias públicas e privadas, e uso de recursos orçamentários próprios ou externos.

O Pacto Global reúne formalmente o antigo “Pacto de Prefeitos” e o Pacto de Prefeitos da União Europeia, as duas principais iniciativas para ajudar cidades e governos locais na transição para uma economia de baixo carbono e demonstrar seu impacto global.

O ICLEI América do Sul desempenha um papel estratégico na estrutura de governança regional do GCoM, participando ativamente do Comitê Gestor Regional e garantindo a representação dos desafios e vocações dos governos locais sul-americanos.

Adesão ao Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia

Objetivo:

Fortalecer o compromisso do município com a **sustentabilidade, a justiça climática e a resiliência urbana**, por meio da adesão ao **Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia**, integrando a cidade a uma rede internacional de governos locais engajados na ação climática.

O município promoverá sua **adesão formal ao Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia**, iniciativa internacional que já apoia **mais de 135 cidades na América Latina**, com suporte técnico para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao clima e à energia sustentável.

A adesão garantirá ao município:

- **Apoio técnico e capacitação** para equipes municipais e conselhos locais;
- Elaboração ou atualização do **Plano Local de Ação Climática**;
- Apoio na construção de **Inventários de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)**;
- Análises de **vulnerabilidades e riscos climáticos**;

ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

- Acesso a uma rede de boas práticas, plataformas de financiamento climático e cooperação internacional.

Ações Prioritárias (2025–2027):

- Formalizar a **adesão ao Pacto até o segundo semestre de 2025**.
- Criar um **Grupo de Trabalho Intersetorial de Ação Climática**, com participação de secretarias municipais, sociedade civil e setor acadêmico.
- Desenvolver o **Inventário Municipal de Gases de Efeito Estufa até 2026**.
- Elaborar o **Plano Local de Ação Climática até 2027**, alinhado às estratégias nacionais e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- Implantar ao menos **3 ações práticas de mitigação ou adaptação climática** com base nas recomendações técnicas do plano.

Indicadores de Impacto:

- Redução gradual das emissões de GEE no município (meta de 15% até 2030).
- Ampliação de áreas verdes urbanas em no mínimo 20% até 2028.
- Implementação de pelo menos 1 projeto-piloto de energia limpa em prédio público.
- Maior capacidade técnica da gestão pública para enfrentar eventos climáticos extremos.
- Integração em rede de cidades comprometidas com desenvolvimento resiliente.

Fontes de Apoio e Parcerias:

- Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia (GCoM – Global Covenant of Mayors);
- ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade;
- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA);
- Ministérios do Meio Ambiente e Cidades;
- Cooperação internacional (BID, GIZ, União Europeia).

Justificativa Estratégica:

A crise climática impõe desafios crescentes às cidades brasileiras, exigindo planejamento, inovação e cooperação. Ao aderir ao Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia, o município reafirma seu compromisso com o **desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a proteção do meio ambiente**, colocando-se entre os municípios protagonistas da transição ecológica na América Latina.

Diretrizes Integradas:

ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

1. **Adesão ao Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia**
Fortalecer a governança climática municipal com apoio técnico internacional, promovendo a elaboração de planos e inventários alinhados às metas do Acordo de Paris e aos ODS.
2. **Criação do Plano Local de Ação Climática (PLAC)**
Documento oficial com metas de redução de emissões, adaptação a riscos climáticos, uso sustentável do solo e planejamento energético de baixo carbono.
3. **Inventário Municipal de Gases de Efeito Estufa (GEE)**
Ferramenta para diagnóstico das emissões do município e definição de metas de redução em setores como transporte, resíduos, energia e agricultura.
4. **Programa Cidade Verde e Resiliente**
Implantação de ações práticas: arborização urbana, infraestrutura verde, requalificação de áreas de risco e projetos-piloto de energia solar em prédios públicos.
5. **Educação Climática e Participação Social**
Campanhas públicas, programas nas escolas e fóruns comunitários sobre mudanças climáticas, consumo consciente e participação cidadã.
6. **O que o município recebe com a adesão?**
Apoio técnico gratuito
Capacitação de servidores
Ferramentas para planejar o futuro climático da cidade
Acesso a recursos e boas práticas internacionais

Processo 2025.001.135
Projeto de Lei nº 48 de
15/04/2025